



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

Ofic. Nº 021-T.O./SCALCUR/FMRP/06.10.2021
MAH/apb

Prezado Senhor,

Informo que a Comissão Coordenadora do Curso de Terapia Ocupacional, em sua 146^a reunião ordinária realizada em 05.10.2021, foi favorável à inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Juliana de Aguiar Crepaldi na Biblioteca Digital (trabalho intitulado “Experiências de Travestilidade e Transexualidade: como as ocupações do sujeito são afetadas”.

Atenciosamente,

Marysa De Carlo
Profa. Dra. Marysa Mara Rodrigues do Prado De Carlo
Coordenadora da CoC Terapia Ocupacional

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Miguel Angelo Hyppolito
Presidente da Comissão de Graduação – FMRP/USP

EXPERIÊNCIAS DE TRAVESTITILIDADE E TRANSEXUALIDADE: COMO AS OCUPAÇÕES DO SUJEITO SÃO AFETADAS

Juliana de Aguiar Crepaldi

Regina Célia Fiorati

Fernanda Carla Assis Cândido

RESUMO

Introdução: Os transgêneros, como os transexuais e as travestis, são um grupo que sofre diariamente com preconceitos e privações das suas escolhas diárias de ocupações. É necessária uma compreensão de quais são as áreas de ocupação afetadas e quais medidas são necessárias para resolver essa injustiça ocupacional. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo identificar, sob a óptica de transexuais e travestis, de que maneira a experiência transgênero implica alterações nas ocupações dessa população, portanto entender em qual categoria de injustiça ocupacional ela está inclusa. **Métodos:** O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada e a análise dos dados foi realizada com base no referencial metodológico da análise de conteúdo. **Resultado:** Quatro ocupações são destacadas como mais afetadas, no momento da busca e do desempenho, na vida das pessoas transexuais entrevistadas: atividade instrumental de vida diária - atividade e expressão religiosa e espiritual; trabalho; educação; e lazer. **Conclusão:** A população transgênero se encontra na categoria de injustiça ocupacional marginalização ocupacional. Suas ocupações são afetadas devido à violência, discriminação, preconceito e exclusão.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Injustiça Ocupacional. Transexualidade. Travestilidade.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

1 INTRODUÇÃO

A população transgênero, especialmente no Brasil que registra o maior número de assassinatos de travestis e transexuais (BALZER et al 2012), está em constante ameaça de direitos. Além do risco eminente de morte, essas pessoas não contam com legislações específicas que as protejam, são constantemente vítimas de preconceito, esteriotipação e marginalização. Essa população anda a beira da sociedade e necessita de apoio para recuperar seus direitos ocupacionais.

O termo transgênero abrange diversas categorias de pessoas que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento. Dentro desse espectro há a transexualidade e a travestilidade.

O transexual é o indivíduo que não se identifica com o sexo biológico e com o papel de gênero atribuído aquele sexo, já a travesti, apenas não se identifica com o papel de gênero atribuído ao seu sexo biológico (APA, 2013). Assim, a travesti apenas sente que deveria exercer o papel de gênero oposto ao seu, não necessariamente modificando seus órgãos sexuais (importante enfatizar que o termo travesti é inerente às pessoas do sexo biológico masculino que se identificam com os papéis de gênero feminino). Porém, na prática há uma mescla desses indivíduos, já que muitas travestis sentem a necessidade de possuir os caracteres sexuais secundários do sexo oposto e esconder os de seu sexo biológico.

Segundo Castel (2001), em 1910, Magnus Hirschfeld apresenta o “transexualismo psíquico”, o que permite com que diversos outros autores pudessem estudar sobre o assunto, inclusive Harry Benjamin (1885-1986), que individualiza a transexualidade como síndrome e fala sobre o “fenômeno transexual” que ocorreu em 1952 após a midiatização do caso Jorgensen. A reflexão sociológica sobre construção e identidade de gênero aumenta, assim como a demanda por tratamentos de redesignação sexual (ARÁN E MURTA, 2009).

Em 1980, o “transexualismo” foi incluso no Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM III. Em 1994 com a atualização, o DSM IV muda o termo para Transtorno de Identidade de Gênero ou TIG, que descreve sendo um estado psicológico no qual a identidade de gênero está em conflito com o sexo biológico (MURTA, 2007).

Após a última atualização da edição, o DSM-5, o transgênero está incluso no diagnóstico de Disforia de Gênero, que segundo o manual se refere ao sofrimento ou desconforto que essa condição possa causar ao sujeito. Ou seja, não é o fato da pessoa ser travestido que a inclui em um diagnóstico médico e sim o sofrimento que essa condição proporciona, embora ele afirme que nem todas as pessoas possam padecer desse sofrimento,

mas muitos ou se não a maioria, se encontram atribulados quando não passam pelas intervenções físicas desejadas, através da hormonioterapia ou das cirurgias de redesignação sexual.

De fato é a experiência do ser transexual que pode acarretar em diversos problemas psíquicos, sociais e físicos, gerados pela angústia do não reconhecimento e do desrespeito como pessoa integralmente saudável e sã (ARÁN; MURTA, 2009). Por não se encaixar nos padrões binários dos modelos propostos no século XIX, resta aos transgêneros à opção de serem encaixados na psiquiatrização da homossexualidade (MURTA, 2007).

Essa patologização, da transexualidade em especial, faz com que o indivíduo se encontre no papel de doente mental, o que traz um estigma à pessoa e acarreta consequências psicossociais. Para o transexual, ter esse laudo de doença mental desrespeita seus direitos como ser humano, principalmente porque para ser incluso nos tratamentos de redesignação sexual é necessário um atestado médico que comprove sua transexualidade, o que não respeita sua autonomia e competência ao se autoafirmar transexual (SAMPAIO; COELHO, 2012).

O estigma social criado em cima da imagem do transexual, proporciona ao indivíduo situações de conflitos desde os contextos familiares aos de trabalho e vida social. O isolamento acaba se tornando a opção mais viável (SAMPAIO; COELHO, 2013), assim como o acesso a situações de vulnerabilidade e autodepreciação.

Os transgêneros chegam aos serviços sociais e de saúde em extrema vulnerabilidade psíquica, social e física, assim a ajuda advinda desses serviços não deverá apenas proporcionar o tratamento desejado pelo indivíduo, mas necessitará ser a construção de uma rede de reconhecimento e inclusão (ARÁN; MURTA, 2009).

O termo justiça ocupacional foi primeiramente mencionado por Ann Wilcock em “An occupational perspective of health” (1998). A autora se baseou nas noções de justiça social de Townsend (1993) e ao longo dos anos, junto com Elisabeth, construiu um conceito elaborado sobre o tema. Para as autoras, justiça ocupacional é sobre como uma sociedade justa deve ser capaz de identificar e prover aos sujeitos e sua comunidade, as necessidades ocupacionais básicas (TOWNSEND; WILCOCK, 2000).

Nilsson & Townsend (2010) definem justiça ocupacional como a justiça que reconhece que todas as pessoas, independente de classe social, gênero, idade ou capacidade, tenham garantido o direito ocupacional para uma participação inclusiva nas ocupações diárias.

Tanto a justiça ocupacional quanto a justiça social compreendem a importância das sociedades serem governadas pelos princípios éticos, morais e cívicos juntamente com o

acesso equitativo aos recursos e a divisão dos direitos e deveres (TOWNSEND E WILCOCK, 2000).

Sendo assim, todas as pessoas teriam acesso aos direitos ocupacionais como uma vida com sentido, repleta de ocupações que lhes tragam benefícios a saúde, inclusão social e acesso a direitos (WILCOCK; TOWNSEND, 2004).

A injustiça ocupacional ocorre quando populações são limitadas, impedidas ou até mesmo impossibilitadas de exercerem sua liberdade ocupacional e de realizarem o que for necessário e significativo em suas vidas, devido a restrições externas à suas condições como discriminação racial, estigmatização, hostilidade e desemprego (WILCOCK, 1998; WHITERFORD, 2000; TOWNSEND; WILCOCK, 2004).

Como um grupo considerado como minoria, os transgêneros estão sujeitos às injustiças ocupacionais a partir do momento que começam a ser excluídos da sociedade devido à sua orientação de gênero, de modo que suas ocupações acabam por defasadas. Desemprego, exclusão social, desemprego e perda de relacionamentos são comuns a essa população (BEAGAN et al., 2012).

A terapia ocupacional tem como princípio destacar o sujeito na sociedade como membro ativo, valorizando seus aspectos apesar de suas incapacidades e limites. A profissão promove a justiça social quando, permite em suas abordagens práticas, que as pessoas desenvolvam seus potenciais ocupacionais (TOWNSEND, 1993). Assim, é comprensível o interesse da terapia ocupacional em estudar e endossar para si o conceito de injustiça ocupacional (TOWNSEND; MARVAL, 2013).

Portanto como profissionais capacitados e empoderados sobre o tema, nós terapeutas ocupacionais devemos através da nossa abordagem, vivência prática e da nossa luta como agentes sociais, compreender e agir contra os obstáculos que os transgêneros enfrentam para se integrar à nossa sociedade. Nossa missão pode, por exemplo, incorporar a tarefa de promover práticas de conscientização, implante de políticas e programas (TOWNSEND; MARVAL, 2013).

Contudo, a falta de identificação apropriada dos problemas enfrentados por essa população dificulta o acesso a políticas públicas que a proteja e deem suporte para enfrentar os problemas gerados pelo preconceito e marginalização.

Considerando os apontamentos acima, este estudo teve como objetivo identificar, sob a óptica de transexuais e travestis, de que maneira a experiência transgênero implica alterações nas ocupações dessa população, e portanto compreender em qual categoria de injustiça ocupacional ela está inclusa.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória-descritiva de abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de um roteiro com perguntas semiestruturadas, que visava compreender a vivência das ocupações como transexual. As perguntas tiveram eixos temáticos como o processo de transição de gênero, as ocupações e o desempenho dos profissionais da saúde em relação às demandas da população transexual.

Os critérios de inclusão foram se considerar transexual ou travesti e ser maior de idade, independente de outra variável como cor, raça ou idade. O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em pesquisa do Centro de Saúde Escola da Faculdade de Medicina De Ribeirão Preto - CSE/FMRP/USP sob protocolo CAAE: 89166218.5.0000.5414 com data de aprovação 3 de Julho de 2018. A participação dos sujeitos foi totalmente voluntária e apenas válida mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Também foi solicitada a permissão para que a entrevista fosse gravada em áudio.

Ao todo 7 pessoas participaram. A primeira participante era uma pessoa da rede de conhecidos da pesquisadora e os demais foram selecionados a partir da técnica metodológica não probabilística, snowball sampling. A técnica foi considerada a mais adequada para este estudo devido ao tema sensível e a população alvo ser de difícil acesso e esse tipo de amostragem permitir a fácil localização de participantes já que são os próprios entrevistados que indicam novos participantes, criando assim um círculo de confiança (VINUTO, 2014).

Os participantes eram de quatro cidades do interior de São Paulo, Indaiatuba, Salto, Itu e Ribeirão Preto e tinham entre 28 e 56 anos. Os encontros ocorreram em locais escolhidos pelos entrevistados em dias diferentes. A coleta de dados foi finalizada após atingir o ponto de saturação, quando foi alcançado o objetivo proposto e os resultados passaram a ser repetidos, não acrescentando informações relevantes à pesquisa. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2010), na modalidade de análise temática.

3 RESULTADOS

A partir dos critérios de inclusão e exclusão, o estudo foi realizado com 7 pessoas transexual, sendo 3 mulheres transexuais, 1 homem transexual e 3 travestis. Quanto à idade, 2 participantes tinham 28 e 29 anos e os demais de 38 à 56 anos. Com base na escolaridade, 4 tinham ensino médio completo, 1 tinha o ensino médio mais técnico, 1 tinha ensino superior completo e pós-graduação e 1 tinha o ensino fundamental incompleto.

Em termos de profissão, a maioria tinha uma ou mais profissões, portanto: 4 participantes se declararam prostitutas, sendo que 3 delas ainda atuavam em outras áreas como, costureira, cantora e cabeleireira, auxiliar de enfermagem e costureira; 1 participante era professora da rede municipal e atriz; 1 era atriz e auxiliar de cabeleireira; e 1 era personal trainer estudando barbearia.

Uma participante estava em situação de rua e se encontrava institucionalizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua – CREASPOP. Sobre o nome social, apenas três haviam conseguido mudar o nome em cartório. Todos os participantes eram solteiros, mas dois já possuíam parceiros fixos e pretendiam casar em breve.

Durante as entrevistas e após a análise de dados, o foco foi direcionado a três temas, são eles: O processo de transição de gênero; As ocupações; O desempenho dos profissionais da saúde em relação às demandas da população transgênero.

3.1 O processo de transição de gênero

Desde muito novos os participantes relataram perceber em si algo diferente das outras crianças. As entrevistadas que se identificam como mulheres transexuais e as travestis, descreveram que passaram pela infância e adolescência como homens homossexuais afeminados e que se travestiam de mulher em suas casas escondidas dos pais ou na casa de colegas e amigas travestis. Já o homem transexual descreveu ter passada pela adolescência como uma mulher bissexual masculinizada e agora na fase adulta, relatou ter compreendido ser um homem heterossexual (se relaciona com mulheres) e realizou a transição de gênero iniciando com as mudanças dos caracteres secundários.

Todos os participantes só iniciaram realmente a transição de gênero quando adultos, depois de saírem de casa ou terem sua liberdade financeira. Todos relataram que os pais impediam comportamentos fora do padrão binário e reagiam com violência física, verbal ou psicológica.

No começo foi difícil, principalmente para a minha mãe. Meu pai é neutro, não fala nada. Mas minha mãe foi difícil. (Entrevista n. 6)

Uma das participantes relatou ter sido internada compulsoriamente por uma tia em uma instituição psiquiátrica devido ao seu comportamento “afeminado”:

A minha tia e meu irmão fizeram uma carta e conversaram com o médico pedindo para me internar no hospital psiquiátrico [...] passei um mês lá [...] eles achavam que eu tinha problemas na cabeça. (Entrevista n. 3)

Já outra declarou que devido à rejeição do pai e ameaças eminentes contra a mãe devido ao seu comportamento, foi enviada para a casa de seus tios aos cinco anos de idade.

Metade da minha família não me aceitou, meus pais também não me aceitaram, então eu tive que sair de casa com 5 anos [...] meu pai nunca chegou a me bater, mas já chegou a ameaçar minha mãe por isso. (Entrevista n. 4)

A maioria relatou não manter fortes vínculos com a família até o dia das entrevistas. As falas consistiam em explicar uma relação de respeito, porém quase superficial, onde a família não aborda o tema da transgeneralidade. Apenas uma travesti não se relaciona com a família, apenas mantendo contato pelo serviço do CREAS-POP.

3.2 As ocupações

Na busca e desempenho das ocupações todas as participantes mulheres transexuais e as travestis, relataram que desempenham todas as áreas de ocupação que desejam, mas as opções de escolhas são restritas, isto é, todas trabalham, têm lazer, participação social, desempenham suas AVDs e AIVDs, tem o sono e descanso e a educação quando necessitam, porém as opções dentro dessas áreas são restritas. As ocupações que os entrevistados consideram mais afetadas são: para 7 entrevistados a atividade instrumental de vida diária-atividade e expressão religiosa e espiritual; para 6 participantes o trabalho; para 4 participantes a educação e também para 4 participantes o lazer.

Na busca e no desempenho da ocupação trabalho todas as mulheres transexuais e as travestis, descreveram que tinham facilidade nesses quesitos enquanto não assumiam o gênero desejado e se enquadravam no perfil de homens homossexuais. Após a transição, uma participante foi exonerada do cargo público e outra foi expulsa da companhia de teatro que fazia parte.

Primeiro eu perdi muito espaço como homem, perdi meus cargos, fui exonerada [...] retomei agora a prefeitura por ordem judicial. (Entrevista n. 5)

As entrevistadas que se declararam prostitutas, afirmaram que a profissão foi uma escolha necessária para se sustentarem, pois não conseguiam emprego ou dinheiro suficiente. Apenas a que é exclusivamente prostituta, declarou ter escolhido a profissão, devido ao “glamour” que ela acreditava que envolvia a profissão.

É porque eu ganhava mais dinheiro do que trabalhando na empresa, eu achava muito luxo, muita beleza [...] eu queria aquilo, não ia ficar trabalhando para ganhar um “salariozinho”. (Entrevista n. 4)

As participantes mulheres transexuais e as travestis, menos a cabeleireira que se declara autônoma disseram que sempre encontraram muita dificuldade na busca de emprego. Segundo as participantes que ainda não realizaram a troca do nome, a maior dificuldade é no momento da entrevista, em que o entrevistador percebe que o nome de registro é masculino e quem se apresenta é uma figura feminina.

Na época que eu consegui foi o de costureira, então sou até hoje [...] eu tentei em vários lugares [...] mandava currículo, mas quando a pessoa que iria entrevistar pegava quem era (nome masculino), eu aparecia e a pessoa já inventava alguma coisa na hora, dava uma desculpa. (Entrevista n. 3)

Para todas as participantes, elas apenas podem desempenhar trabalhos que elas julgam femininos e específicos de pessoas transgênero, como cabeleireira, prostituta ou profissões na área da saúde. Uma delas declarou ter perdido uma oportunidade de emprego que julgava muito boa em uma granja, devido ao fato de ser travesti:

Assim, numa firma seria muito mais difícil. Existe ainda o preconceito. Tanto que na cidade do meu amigo [...] tem uma firma muito boa [...] mas não tem como porque eu teria que tomar banho lá [...] e toma todo mundo junto, então é impossível [...] não vou tomar banho com homem e as mulheres não vão me aceitar. (Entrevista n. 2)

Na área de ocupação atividade instrumental de vida diária, ocupação atividade e expressão religiosa e espiritual, todos os participantes relataram não se sentir bem-vindos em diversas igrejas. As mais citadas foram algumas vertentes de igrejas evangélicas e a religião católica. As religiões que eles citaram como mais acolhedoras foram o espiritismo e as de matriz afro-brasileiras, que são o candomblé e a umbanda.

Não me sinto acolhida na católica, na espírita sim. Na espírita é a única que acolhe sem problema nenhum. A evangélica nem pensar, não tem como ir, já tentei, mas aí o pastor começa a falar umas coisas que não gosto...
(Entrevista n. 1)

No desempenho da ocupação lazer, 4 das entrevistadas, mulheres transexuais e as travestis, declararam que se sentem acuadas em frequentar as opções de lazer mais comuns como passeio no shopping, bares, casas noturnas, passeios em parques públicos e cinema.

Diversão? Eu não vou, porque eu vou ouvir coisas que eu não vou gostar. Muito raramente vou a shoppings... O olhar das pessoas me incomoda, elas são indiscretas, elas riem [...] tem lugares específicos que eu frequento, como bares de amigos onde eu conheço todo mundo e lugares LGBT's.
(Entrevista n. 7)

Segundo essas 4 entrevistadas, suas atividades de lazer se resumem à locais específicos da comunidade LGBT e casa de amigos.

Duas das entrevistadas descreveram sentir receio em frequentar locais específicos ou movimentados, devido a agressões verbais e físicas que sofreram no passado. Todas as mulheres transexuais e as travestis relataram uma adequação comportamental quando estão em locais públicos, isto é, elas descrevem sentir a necessidade de se vestirem e se comportarem de maneira diferente do usual, para sentirem-se aceitas e principalmente para não se destacarem em meio à população. Quando perguntada se essa mudança comportamental era algo esperado de todas as mulheres, cisgênero ou transgênero, uma entrevistada respondeu:

Elas não se adequam e são aceitas. Eu vejo no shopping meninas com shorts curto e todos agem normalmente. Se uma travesti chegar em um

shopping de shorts jeans curto, vai dar o que falar...é diferenciado sim.
(Entrevista n.1)

Já na ocupação educação, 4 das entrevistadas declararam que imaginam não serem bem-vindas em alguns tipos de curso ou que tiveram experiências ruins nas escolas que frequentaram. Elas relataram ter vivido situações de violência física e/ou verbal na vida escolar aonde as agressões vinham principalmente dos meninos e que podiam ocorrer dentro ou fora do ambiente escolar. Segundo as mesmas, isso dificultou a frequência e consequentemente o aprendizado. Duas participantes tiveram vazão escolar, uma devido a não ter interesse em frequentar a escola e outra por conta da violência sofrida na escola. Está segunda completou os estudos alguns anos depois.

Outros relatos foram sobre a dificuldade em utilizar banheiros devido ao constrangimento que enfrentam ao se depararem com a escolha dos banheiros em locais públicos que são sempre separados pelos gêneros feminino ou masculino. Segundo alguns dos entrevistados, a dificuldade advém do receio em ser repreendido pelos usuários e proprietários dos locais aos escolherem um dos banheiros. Uma das entrevistadas relatou ter sido agredida fisicamente ao utilizar o banheiro feminino de um posto de gasolina:

Quando eu saí do banheiro ele viu que eu estava sozinha e ele pegou o cassete de um guarda que fazia a segurança do local e começou a me agredir [...] eu fui agredida até não conseguir andar mais. (Entrevista n.7)

Também foi relatada a dificuldade em encontrar parceiros para relacionamentos fixos. As travestis, principalmente, descreveram o fato de ser muito difícil estabilizar um relacionamento. Os relatos falavam sobre como homens não gostam de assumir relacionamentos com travestis para a comunidade. Elas ainda descreveram a prostituição como uma “válvula de escape” para manter relações sexuais, pois fora desse contexto dificilmente um homem se relacionaria com elas.

Eu vou para rua agora mais por questão de tirar um dinheiro extra e para relacionamento. Para as travestis os relacionamentos são muito difíceis. Eu namorei dois anos com um homem, mas só dentro de casa, depois ele não me quis mais [...] Na rua eu tenho isso, fico com homens bonitos que nunca me namorariam. (Entrevista n. 2)

Importante salientar que as mulheres transexuais e as travestis declararam que sofrem violência verbal durante o desempenho de suas ocupações na comunidade. Além de uma atitude presente na população de julgamento, que as incomoda. Uma delas relatou ser constantemente abordada nas ruas por homens que questionam sobre prostituição, o que a aborrece, por considerar essa uma esterioperação. Porém, mesmo diante desse comportamento da população, muitas declararam que não se intimidam e se necessário respondem as ameaças e provocações. Assim, segundo elas essas agressões não são necessárias para impedir-las de realizarem suas ocupações na comunidade.

3.3 O desempenho dos profissionais da saúde em relação às demandas da população transgênero

No que se refere ao desempenho de profissionais em serviços públicos, a maioria foi muito clara ao declarar que sempre se sentiram bem tratadas pelos servidores. Apenas uma travesti descreveu se sentir julgada ao frequentar esses locais:

Se eu for a um banco, todo mundo fica olhando como se fosse um assaltante [...] só porque eu sou uma travesti me tratam como um bicho, um animal.
(Entrevista n.4)

Para o restante dos entrevistados os problemas que percebem ao frequentarem serviços públicos, é o preconceito vindo da população que está presente no local e o despreparo dos funcionários em questões burocráticas, por exemplo. Eles declararam que muitas vezes o funcionário não nota o nome social na ficha e acaba chamando pelo nome civil, o que constrange a todos.

Na questão “o que você acredita que os profissionais de saúde deveriam estudar para melhor atender às suas demandas?”, todos foram unanimes em responder que é necessária uma especialização desses profissionais, na população transgênero e que muitas vezes encontraram com profissionais despreparados. Uma das entrevistadas discursou sobre:

Faltam políticas públicas voltadas para as transexuais, como existe para a saúde da mulher, porque é diferente, a transexual é uma mulher, mas ela tem próstata! Quem incentivará a mulher a fazer um exame de próstata? Ela não vai se identificar com a campanha do homem. Quem vai incentivá-

la a fazer o exame de mama? Nem sabemos se temos que fazer! Quem vai cuidar dos hormônios? 99% das “trans” usam hormônios por conta própria. Eu vou ao médico e ele não sabe o que fazer, quais hormônios passar! [...] uma mulher transexual tem que ir ao médico regularmente, então eu vou aonde? Urologista ou ginecologista? [...] e o urologista vai me tratar bem? Já fui a um e ele me tratou mal, com palavras chulas...nem parecia um médico![...] a expectativa de vida de um transexual é de 30 anos no máximo! [...] tinha que ter uma matéria sobre transexual, sobre hormonização e uma política pública para mulher transexual cuidar da saúde. Precisa ter apoio psicológico, assistente social, ajudar quem precisa sair da vida de prostituição, direcionamento para tratamento do uso de drogas. (Entrevista n. 7)

4 DISCUSSÃO

Quatro ocupações foram apontadas nessa pesquisa como as mais afetadas, foram elas: atividade instrumental de vida diária - atividade e expressão religiosa e espiritual; trabalho; educação e lazer. Porém, foi compreendido que qualquer ocupação de uma pessoa transgênero pode ser afetada de alguma forma, e isto está ligado a identidade de gênero que ela expressa.

De modo geral, a vida dessa população é cercada de violência que permeia as diversas fases da vida e os variados contextos, quando encontra diversas barreiras que a impeçam de desempenhar seus papéis na sociedade. A violência acaba sendo uma constante e não uma excepcionalidade (SOUZA et al, 2015).

Esses sujeitos entram em contato com a violência ainda na primeira infância, quando se deparam com as divergências entre sua psique e seu corpo e são constantemente podados pelos pais, ao invés de serem acolhidos. Na adolescência, com a descoberta dos corpos e consequentemente da sexualidade, essa população começa então, a sofrer com violências verbais, físicas, morais, psicológicas, simbólicas e com a rejeição, advindas principalmente da figura paterna. Após esse não reconhecimento da identidade de gênero, inicia-se o rompimento dos vínculos familiares, o enfraquecimento da autoestima e os altos índices de suicídio (DIAS et al, 2015; SOUZA et al, 2015).

Na escola, essas pessoas também enfrentam a violência e a exclusão social. A humilhação vinda dos colegas e o descaso da instituição, repeli as pessoas transgênero desse

contexto, contribuindo para a evasão escolar e desistência de um futuro acadêmico (SOUZA et al, 2015).

Portanto fica claro o porquê mais da metade da amostra desse estudo ter recorrido a prática da prostituição. Com o sentimento de que as portas da educação estão fechadas, a subsistência, principalmente da travesti, fica entrelaçada com esse destino. Nos depoimentos a prostituição aparece na vida dessas pessoas através das amigas travestis, que apresentam a profissão como única opção viável, principalmente se as meninas necessitam de dinheiro para passar pelas transformações corporais desejadas. Ao saírem de seus lares destruídos, as travestis necessitando de pares que as deem base e suporte, veem em suas amigas pessoas de referência (MAGNO et al, 2018), e entendem que talvez essa profissão seja o único caminho.

Quando tentam outro caminho no âmbito profissional, encontram relações marcadas pela transfobia. A exclusão das possibilidades profissionais demonstra que a sociedade não está pronta para receber essa população, assim como ocorria com os deficientes físicos, mentais, idosos, antes da existência de leis que obrigassem essa inclusão. Isso apenas expõe como a sociedade ainda não aceita as diferenças que não sejam, pelo menos, explicáveis dentro dos parâmetros compreendidos como “naturais” e fisiológicos.

Os subprodutos da exclusão do mercado de trabalho são o trabalho informal, trabalhos em condições precárias e a necessidade de uma renda extra como complemento, resultando em casos de negligência, humilhações e abusos por parte dos empregadores, trabalhos análogos à escravidão e situações de vulnerabilidade (IRIART et al, 2008).

No momento que a pessoa transgênero pretende explorar todas as ocupações que necessita, encontra dificuldades na busca de quais opções fazem sentido. Ao expressar sua espiritualidade através de uma religião, ela não encontra uma gama de opções viáveis, como acontece com o restante da população.

O sentimento de não pertencimento é gerado pela desaprovação das pessoas em volta daquela religião. Isto é, não são os manuscritos, os dogmas ou as crenças, mas sim as pessoas que impedem o acesso às religiões. Tanto que em uma religião que uma das entrevistadas se sentiu reprimida, outra se encontrou pertencente.

O discurso religioso e médico-científico legitimam práticas baseadas na heteronormatividade, acarretando em discriminação, sob o pretexto de pecado ou doença (PRADO; MACHADO, 2008).

Fato, talvez, do porque os entrevistados quase em sua maioria optaram por religiões que discursam sobre aceitação, inclusão e principalmente não falem sobre cura da sua expressão de gênero.

Quanto ao tópico sobre o aprendizado dos profissionais da saúde, nos foi apresentado um fato crítico. Profissionais da saúde não estão preparados, ou sendo preparados, para lidar com a população transgênero. A violência institucional presente nesses locais denuncia a falta de capacitação que deveria existir nas universidades. Mesmo cada profissional possuindo uma crença e conduta, é nos pequenos detalhes que os entrevistados desse estudo notaram que é sim, necessário um aprofundamento sobre essa população.

Todas essas faces da violência podem ser compreendidas como causadas pelo choque entre as leis heteronormativas existente nos países ocidentais, com a imagem corporal, principalmente, das mulheres transexuais e das travestis. O impacto ocorre quando os corpos ultrapassam o limite das fronteiras impostas por essas leis e manifestam possibilidades de empoderamento e resistência, confrontando os ideais heteronormativos nas quais o gênero deve sempre estar atribuído ao sexo (MAGNO et al, 2018; DIAS et al, 2015).

Os tipos de violência podem ser dos mais variados e em diferentes níveis. A violência verbal acaba sendo a mais comum (SILVA et al, 2016), talvez pela simplicidade de se executar, e portanto a que acaba afetando mais as vítimas. Mesmo com os relatos que insistem em falar sobre uma resistência contra esse tipo de violência, fica clara que ela afeta sim o sujeito, quando todas as entrevistadas relataram uma indispensável adequação de comportamento quando estão na comunidade e às vezes a necessidade de carregarem armas brancas para se defenderem. A existência do medo constante é real e o impacto na vida ocupacional é desmedido.

Não obstante, nota-se uma resistência apesar de tanta violência. Todos os entrevistados, afirmaram que apesar de todas as violências já sofridas, continuam na tentativa de estabelecer uma vida completa e repleta de significados. Quando Magno et al (2018) cita Foucault falando sobre a possibilidade da resistência na experiência do estigma, é exatamente o que o estudo retrata, uma possibilidade de existir em meio ao caos. Essas mulheres transexuais e as travestis, não vivenciam o sofrimento passivamente, mas se organizam em coletivos e ganham novos papéis ocupacionais que incluem o ativismo social e político (BEAGAN et al, 2012).

Faz-se necessário trazer a luz dessa discussão, o fato de que o homem transexual entrevistado mostrou uma vida completamente diferente das mulheres transexuais e das travestis. Em todos os aspectos de sua jornada, ele declara que poucas vezes sentiu que sofreu algum tipo de violência ou o impediram seu desempenho ocupacional, por conta de sua expressão de gênero. Ele apenas cita sua família como empecilho inicial para sua transição, atitudes transfóbicas de alguns amigos em determinado momento de sua transição e o

sentimento de não pertencimento em algumas religiões onde pessoas o fizeram passar por desconfortos. Admite-se as limitações do estudo quanto ao número reduzido de sujeitos homens transexuais, o que não o torna menos relevante, pois concede a visibilidade dessa realidade muitas vezes negligenciada pelos estudos. Do mesmo modo podemos supor que o homem transexual, tem provavelmente menos chances de sofrer violências e discriminação que a mulher transexual e a travesti.

5 CONCLUSÃO

Com este trabalho buscamos dar voz a uma das populações mais negligenciadas da nossa sociedade atual. Acreditamos que através das histórias vividas por essas pessoas, podemos compreender quais são os reais pontos a serem focados no momento.

Muitas pessoas ainda estão vivendo na marginalidade em consequência do preconceito e falta de políticas públicas adequadas que contemplem esse grupo.

Compreendemos agora, que as ocupações dos entrevistados foram e são afetadas por todos os tipos de violência, que geram medo e sentimentos de não pertencimento. Eles se encontram em situações opressoras e excludentes, que ocasionam a falta de acesso a oportunidades que tragam benefícios à saúde e ao bem-estar.

Portanto conclui-se que a categoria de injustiça ocupacional que se associa melhor a situação vivida pela população transgênero é a marginalização ocupacional, descrita como: exclusão social, que restringe uma população de autonomia por falta de escolha nas ocupações (TOWNSEND; WILCOCK, 2004).

E com todas as habilidades e competências do terapeuta ocupacional, vai de nós nos apropriarmos dessa luta. Ainda que não atuando diretamente como agentes sociais, em cada prática onde encontrarmos essa população, é nosso dever entendermos todos os aspectos desses sujeito. Cada pormenor da vida dessas pessoas pode ser sim uma demanda para a terapia ocupacional, já que estamos falando de alterações nas ocupações, e nos baseando na ciência ocupacional propriamente dita.

Enquanto a justiça social pode abordar a liberdade de escolher onde e como viver, a partir de uma perspectiva ocupacional, a preocupação subjacente é se as escolhas estão disponíveis para todas as populações experimentarem sentido e enriquecimento ao participarem de ocupações (TOWNSEND; WILCOCK, 2004).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS - DSM-5. 5TH.ED. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

ARÁN, Marcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. Rio de Janeiro: Physis Revista de Saúde Coletiva, 2009.

BALZER, Carsten; HUTTA, Jan Simon; ADRIÁN, Tamara; HYLDAL, Peter; STRYKER, Susan. Transrespect versus transphobia worldwide. A comparative review of the Human Rights Situation of gender-variant / Trans People. Berlin: Transgender Europe (TGEU), 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BEAGAN, Brenda L.; SOUZA, Lauren de; GODBOUT, Caleb; HAMILTON, Laura; MACLEOD, Janet; PAYNTER, Emma & TOBIN, Ashley: "This is the Biggest Thing You'll Ever Do in Your Life": Exploring the Occupations of Transgendered People, Journal of Occupational Science, DOI:10.1080/14427591.2012.659169, 2012.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do ‘fenômeno transexual’ (1910-1995). Revista Brasileira de História, São Paulo: Associação Nacional de História ANPUH, v. 21, nº 41, p. 77-11, 2001.

DIAS, A. L. F. et al. À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora , v. 8, n. spe, p. 214-233, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 dez. 2018.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et al . Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 1, p. 165-174, Feb. 2008 .

INGEBORG NILSSON & ELIZABETH TOWNSEND (2010) Occupational Justice— Bridging theory and practice, Scandinavian Journal of Occupational Therapy, 17:1, 57-63, DOI10.3109/11038120903287182.

MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 34, n. 5, e00135917, 2018 .

MURTA D. A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero sobre as práticas de saúde [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Medicina Social, UERJ; 2007.

PRADO MAM, Machado FV. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora; 2008.

SAMPAIO, L. L. P., & COELHO, M. T. Á. D. Transexualidade: Aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface: Communication, Health, Education*. 2012; 16(42): 637–649

SAMPAIO, L.L.P.;COELHO, M.T.A.D. A TRANSEXUALIDADE NA ATUALIDADE: DISCURSO CIENTÍFICO, POLÍTICO E HISTÓRIAS DE VIDA. In: Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador: UNEB, 2013.

SILVA GWS, Souza EFL, Sena RCF, Moura IBL, Sobreira MVS, Miranda FAN. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Rev Gaúcha Enferm.* 2016 jun;37(2):e56407. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.56407>.

SOUZA, M. H. T. et al . Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro , v. 31, n. 4, p. 767-776, Apr. 2015.

TOWNSEND, E. (1993). Muriel Driver Lecture: Occupational therapy's social vision. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 60, 174-184.

TOWNSEND, E., & WILCOCK, A. (2004b). Occupational justice and client centred practice: A dialogue in progress. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 71, 75–87. doi:10.1177/000841740407100203

TOWSEND, E.; MARVAL, R. Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional? *Caderno de Terapia Ocupacional UFSCAR*, v. 21, n. 2, p. 229-242, 2013.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temáticas, Campinas*, 22, (44), p. 203-220, ago/dez. 2014.

WHITEFORD, G. (2000). Occupational deprivation: Global challenge in the new millennium. *British Journal of Occupational Therapy*, 64, 200-210

WILCOCK, A. A. An occupational perspective of health. Thorofare: Slack Inc., 1998a. (livro)

WILCOCK, A., & TOWNSEND, E. (2000). Occupational justice: Occupational terminology interactive dialogue. *Journal of Occupational Science*, 7, 84–86. doi:10.1080/14427591.2000.9686470.